

Política externa ativa e altiva: Brasil respeitado no mundo



FOTO: RICARDO STUCKERT

A política externa das gestões do PT foi marcada pela forte presença do Brasil na cena mundial, como consequência da grande transformação que o povo e o governo brasileiros realizaram entre 2003 e 2016.

Nosso modelo de crescimento foi resultado de distribuição de renda, com expansão do emprego, com aumento dos salários acima da inflação, e com programas estatais de transferência de renda e de apoio à agricultura familiar. Ampliamos o crédito, sobretudo para os pobres, com políticas governamentais nos domínios da educação, da habitação e do saneamento básico. Tudo isso provocou uma profunda mudança econômica e social em nosso país.

Realizamos essa transformação reduzindo consideravelmente nossa vulnerabilidade externa. Triplicamos e diversificamos nossas exportações. Deixamos a condição de eternos devedores para nos tornarmos credores internacionais.

Isso nos levou a **mudar nossa relação com o mundo**. O Brasil não podia mais conformar-se com um papel subalterno. Nossa diplomacia tinha, então, de pôr em prática sua vocação universalista, tantas vezes proclamada, mas nem sempre aplicada. Daí, surgiu o conceito de “**política externa ativa e altiva**”.

INTERESSE NACIONAL EM PRIMEIRO LUGAR

Ao contrário do nacionalismo vulgar e superficial, alardeado pelos que hoje se ocupam da política externa, em nenhum momento desconsideramos o interesse nacional. Na verdade, mostramos que o interesse nacional exige, sim, presença forte no mundo, mas sem vocação imperial ou colonial, sem pretensões hegemônicas e, sobretudo, sem subordinação a quem quer que seja.

Mantivemos relações sólidas com a China e com os Estados Unidos, com a Colômbia e com a Venezuela, com a França e com a Rússia. Nossa disposição ao diálogo nunca foi impedida pela tendência política que governasse este ou aquele país. Nossos governos podem exibir com orgulho o fato de que **todas as principais embaixadas brasileiras foram ocupa-**

das por diplomatas de carreira. O Itamaraty sempre esteve sob o comando de seus quadros mais experientes.

BRASIL RELEVANTE NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Passamos a ter **papel central nas negociações comerciais da Rodada de Doha**, na OMC, a ponto de elegermos o seu diretor-geral. Nossas políticas de combate à fome e de promoção da agricultura familiar também nos credenciaram a eleger o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Pela nossa condição de grande país emergente, fomos convidados a participar das reuniões do G8. **Integramos o G20 Financeiro**, recolhendo as demandas do Sul do mundo e colocamos na



FOTO: RICARDO STÜCKERT

agenda global a necessidade de uma reforma radical do ordenamento econômico internacional e das instituições multilaterais criadas em Bretton Woods – o FMI e o Banco Mundial, especialmente.

Atuamos em estreita coordenação com a Alemanha, o Japão e a Índia em prol da reforma do Conselho de Segurança da ONU para que as grandes decisões sejam tomadas por organismos mais representativos e legítimos.

Sabíamos, por experiência própria, que o desenvolvimento sustentável é a única forma de deixarmos como legado um mundo mais seguro e pacífico para as próximas gerações. Isso é o que nos moveu no Grupo BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) e no G-77 durante as negociações sobre mudança do clima, assim como nos preparativos para a Conferência Rio+20, que sediamos em 2012.

Nossa vocação universalista nos conduziu a ter presença mais assertiva na crise do Oriente Médio, cuja duração e gravidade ameaçam a paz mundial. Éramos considerados por todas as partes envolvidas no conflito como interlocutor qualificado e necessário. Defendemos a coexistência do Estado de Israel com um Estado palestino, viável, dentro das fronteiras de 1967.

AMÉRICA DO SUL FORTALECIDA E INTEGRADA

A América do Sul foi prioridade da política externa dos governos do PT, deixando de lado as discórdias e rivalidades do passado com nossos vizinhos. Os países do continente tornaram-se **valiosos parceiros políticos e econômicos** do Brasil. Expandimos o Mercosul horizontalmente, transformando um projeto inicialmente comercial-tarifário em uma



FOTO: RICARDO STÜCKERT

integração mais profunda no Cone Sul, que considerasse vertentes sociais, articulação de cadeias produtivas, além de uma aproximação político-parlamentar e em defesa da democracia. Com a UNASUL, inauguramos um **processo histórico de coordenação e de promoção de um crescimento mais harmonioso em toda a América do Sul**. Nela, dialogamos com nossos parceiros nas esferas da política, energia, infraestrutura, defesa, tecnologia, saúde e combate ao narcotráfico, o que revelava o desejo da região de enfrentar, de forma unida, os desafios da globalização e de transformar-se em pólo importante do mundo que se está hoje construindo.

NOVAS PARCERIAS COM A ÁFRICA E PAÍSES ÁRABES

Demos renovado impulso às relações diplomáticas e abrimos novos canais de diálogo político e de cooperação econômica com o continente africano. Essa

iniciativa não se deveu apenas aos laços históricos e culturais que nos unem. Com seus 800 milhões de habitantes e seu rico território, levamos em conta as enormes potencialidades daquele continente, com o qual quintuplicamos nosso comércio. A realização de duas cúpulas América do Sul-África revela o surgimento de novos e promissores mecanismos de relações internacionais. Movimento semelhante foi feito em direção aos países árabes. Também aí cresceram nossas trocas comerciais e nossos investimentos. Esse diálogo ganhou expressão política na realização de duas cúpulas América do Sul-Países Árabes.

Na esfera multilateral, forjamos coalizões em defesa de causas que projetam as convicções mais profundas do povo brasileiro. O Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) – foro de três grandes democracias multiétnicas e de três continentes diferentes – mostrou que a solidariedade é arma poderosa para superar a pobreza.



FOTO: RICARDO STUCKERT



FOTO: EBC



FOTO: RICARDO STUERT

■ CRIAÇÃO DO BRICS

Com os BRICS, grupo de países de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, reafirmamos nosso objetivo por uma ordem mundial mais democrática e representativa e demonstramos ser possível readequar o sistema internacional, pela via pacífica, às novas realidades políticas e econômicas do século XXI.

Os cinco países, que abrigam 46% da população do planeta, ocupam 26% do seu território e respondem por 21% do PIB mundial, atuaram para oferecer novos instrumentos para a promoção da estabilidade internacional. Criamos o Arranjo Contingente de

Reservas e o Novo Banco de Desenvolvimento, plataformas concretas em favor de uma ordem mundial mais justa e atualizada.

Com 100 bilhões de dólares em compromissos iniciais, o Arranjo Contingente de Reservas prevê mecanismos para enfrentar desequilíbrios de balanço de pagamentos de curto prazo, prover apoio mútuo e aumentar a estabilidade financeira dos nossos países. O Novo Banco de Desenvolvimento, por sua vez, reforçou de maneira inequívoca o papel do BRICS nos esforços internacionais de desenvolvimento. Com capital inicial subscrito de 50 bilhões de dólares e capital autorizado de 100 bilhões, o Banco mobiliza recursos imprescindíveis para infraestrutura e desenvolvimento sustentável.



FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO

■ MAIOR PRESENÇA DO BRASIL EM OUTROS PAÍSES

Valorizamos o papel do Itamaraty e de seus servidores como instrumento de defesa dos interesses nacionais do Estado e da sociedade brasileira. Criamos 39 novas embaixadas: 17 na África, 8 na América Latina e Caribe, 5 na Europa, 3 no Oriente Médio e 6 na Ásia. Abrimos 20 novos consulados

para aperfeiçoar o tratamento aos milhões de brasileiros e brasileiras e intensificamos nossos canais de consulta de nossas comunidades fora do país. Esse movimento exigiu uma ampliação dos quadros do Itamaraty, que cresceram em quase 50%. Nesse sentido, o orçamento do Ministério das Relações Exteriores quase que dobrou.



RETROCESSO

A política externa brasileira rompeu com sua tradição universalista e não intervencionista. A posição independente e autônoma que sempre marcou nossas relações externas foi trocada por uma postura ideológica incapaz de lidar com a complexidade global.

Em nome de uma míope visão bipolar do mundo, o Brasil tem se subordinado a posições americanas sem nenhum retorno político ou econômico à nossa Nação. O governo Bolsonaro fez concessões econômicas aos americanos em troca de promessas não cumpridas. O Brasil votou a favor do embargo contra Cuba, se isolando junto com Estados Unidos e Israel em uma política que o resto do mundo abomina. O atual governo votou contra os palestinos no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Posições de interesse dos

Estados Unidos na América Latina têm sido abraçadas pelo Brasil, colocando em risco os acordos de cooperação e a convivência pacífica e soberana que, por séculos, vimos mantendo com nossos vizinhos continentais.

A liderança internacional que o Brasil construiu, no período do PT, nas negociações globais em torno da questão do clima está sendo dinamitada pelo atual governo, resultando em cancelamento de recursos internacionais importantes para projetos de proteção à nossa biodiversidade. Na área de direitos humanos, os retrocessos são de igual gravidade. O Brasil tem se alinhado com posições minoritárias no cenário global que recusam políticas e ações pró igualdade. Há veto até mesmo a palavras como gênero em documentos oficiais. A defesa de governos ditatoriais faz parte do discurso do presidente.

Em resumo, em menos de um ano de governo Bolsonaro, o Brasil caminha para se tornar pária no cenário global.